

Brasil leniente

» SACHA CALMON
Advogado



Felipe

A sociedade brasileira vive um dilema singular. Hege, nessa prioridade, os escândalos políticos — as punições exemplares são um querer generalizado — ou exige, o mais depressa possível, um plano econômico conciliante e eficaz, com começo, meio e fim, capaz de nos tirar do atoleiro que o PT nos meteu. Ao cabo, já se fecharam mais de 200 mil empresas no país, a renda média recuou dez anos e o desemprego está chegando a 12% do PEA e são 11 milhões e meio as pessoas desempregadas, num crescendo desanimador. O país — entre os que não estão em guerra — com um dos maiores PIBs da terra, é o único que está a perder 10% do seu produto e com recessão estendi. Segue para a Venezuela que é um zero à esquerda, com um PIB equivalente ao de Pernambuco ou menor. E o único em pior situação. Salimos do 6º para o 9º lugar em PIB, embora a crise do subprime tenha atingido o mundo inteiro. A culpa é do PT.

Sem descartar reforma que acabe com o presidencialismo de coadjuvo e a corrupção esteja a médio prazo, o que é mais importante? As falácias políticas do dia a dia ou o plano econômico de Temer em formação, mas dependente do término do processo de impeachment? A segunda alternativa é a preferível, dada a necessidade de apoiar, por um condicionalismo, o governo e o seu plano econômico que já tarda, pois precisamos de investimentos, empregos e renda o mais rápido possível.

Por falar em impeachment, sua lei é ultrapassada, bolorenta, cujo maior defeito é o vício de processo adequado ao século 18. De 1950 a esta parte, já vivemos três códigos de processo civil em busca de maior celeridade processual, mas a maldita lei do impeachment continua af, desatualizada e sacralizada pelo STF. O resultado é que ficamos todos a tratá-la como um bibão de porcelana fina. Por me dá a um palheiro, do governo calado ameaça ir ao STF e o presidente inseguro

da comissão do impeachment vai incomodar o ministro Lewandowski, o sábio entendido das magias da lei.

O rito, lembra religião, para tirar a presidente assemelha-se a desmontar uma sacerdotiza. Prazos são assuntos divertidos. Bem pode o Senado reduzir os seus intervalos, descalda a douta abstração do sr. Ilean Calheiros de que reduzi-los significa minar o direito de defesa. V. Exa. o terá no devido tempo, se o Supremo apressar-se...

Nunca o PT falou tanto o direito de defesa que negou a Collor no passado. Aquela época, os prazos andaram rapidamente. Veja-se o papel do advogado Cardozo, advogado de Dilma. A guisa de prova testemunhal arrolou mais de 40 depoentes. E quer, de sobredito, prova pericial e outras, todas as admitidas em direito, numa época em que o CPC admite negócios processuais interpretados para abreviar o tempo da justiça, pelo princípio da boa-fé, expurgando o processo de intervalos inúteis.

A prova testemunhal serve para retratar fatos imprecisos, acontecidos e desaparecidos no tempo. A prova pericial é para certificar números, causas, efeitos, sejam naturais ou

humanos, a respeito de matérias técnicas (prova contábil, v.g.). Ora, o impeachment é situação de direito e não de fato, e sobre contas e leis o TCU já disse por unanimidade, o que lhe cumpria dizer, em 2015 e 2016.

Procrastinação, chicanagem, moleçame processual não se confundem com o legítimo direito de defesa. O senador Lindbergh, as senadetes Vanessa Grazziotin, Gleisi Hoffmann e um tal de Bezerra estão aprontando um espetáculo ridículo na comissão do impeachment. Duas são as causas do impeachment: a) tomar dinheiro emprestado de fundos e bancos oficiais para pagar despesas públicas, ato terminantemente proibido por lei; e b) editar decretos de créditos suplementares não numerados, sem autorização congressual, em bimestres orçamentários deficitários que exigem, nessas hipóteses, cortes de gastos em vez do seu incremento. A conclusão é que o estrado processual de impeachment é absolutamente impertinente e inadequado ao momento vivido pelo nosso país. Está atrasando a vida e o futuro da Nação.

Cabe aqui lembrar os Impachments de Nixon e Clinton, nos EUA. O primeiro, diante das provas e dos videntes indícios, foi obrigado a admitir que mentira, pois sabia e autorizou aos seus assessores a espionagem do Partido Democrata. Renunciou a bem do seu país. Clinton foi flagrado em ato libidinoso com a estagiária Monica. Negou, contudo, relação sexual com ela. Respondeu a investigação perante um simples jurado federal. Escapou por 20 votos do impeachment no Congresso. Lá não tem foro privilegiado, porque nos havemos de tê-lo. Confinio nos juizes e mais ainda na rapidez. Aqui, é um longa-sena sem fim.

Mas a presidente não desiste. O mundo que se dane, o que lhe interessa — como Chavez, Maduro, Correa e Evo Morales — é o socialismo arcaico e as chaves do poder, às expensas da boa-fé dos pobrezinhos esbaldados pelo canto das serais. Cairão todos.

A trajetória da pesquisa agropecuária no Brasil

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

São abundantes as manifestações de lideranças ao redor do mundo em reconhecimento à trajetória virtuosa da pesquisa agropecuária brasileira nos últimos quarenta anos. Graças ao investimento em instituições de pesquisa e ensino em formação de competência, fortalecido a partir dos anos 1970, o Brasil deixou a condição de importador de alimentos, constrengendo para um país continental com extraordinária base de recursos naturais. Não havia de outro modo o modelo de agricultura tropical a copiar, que transformasse as terras áridas do cerrado em solos férteis e que desenvolvesse plantas e animais adaptados às condições tropicais. Nossos cientistas tiveram que criá-lo.

Tecnologia foi o principal fator a explicar o sucesso da agricultura do Brasil, que hoje abastece a população com diversidade oferta de alimentos, a preços estáveis, garante excedentes para exportação e saldos crescentes na balança comercial. O investimento público, realizado de forma persistente, foi pré-requisito fundamental para este avanço, uma vez que permitiu à pesquisa pública gerar os conhecimentos necessários para que a pesquisa privada se estabelecesse e pudesse investir com segurança nas tecnologias cristalizadas em máquinas e insumos, que são o seu nicho natural, ampliando continuamente a capacidade produtiva do país.

A trajetória recente da pesquisa agropecuária brasileira expressa essa natural divisão de responsabilidades, com dedicação do setor privado às ações mais intensivas em capital e passíveis de exploração comercial. No Brasil, como em todo o mundo, o setor privado prioriza desenvolver novos sementes, fertilizantes, defensivos e máquinas, e o setor público se concentra na geração de conhecimentos indispensáveis para o aprimoramento da produção. A pesquisa pública gera conhecimentos para a aplicação mais

eficiente de insumos: o melhor espaçamento de las lavouras; a defesa sanitária animal e vegetal; o mapeamento dos riscos e as boas práticas para super-los; o desenvolvimento de novas variedades vegetais, raças animais e uso em sistemas de produção inovadores — temas em dos maiores bancos genéticos do mundo, com mais de 120 mil amostras de sementes de 765 espécies. Pela Embrapa, são desenvolvidos 1.200 projetos de pesquisa em cerca de 100 temas relevantes para a agricultura brasileira.

Parte significativa da produção da pesquisa pública é conhecimento, que não se materializa necessariamente em produtos comercializáveis, mas sem os quais a eficiência de sementes, defensivos, adubos e máquinas fica limitada. A pesquisa pública mundial não pode deixar de investir na geração de novos conhecimentos para priorizar segmentos mais apropriados à atividade privada. Esse dilema se instalou definitivamente a partir do momento em que a viabilização comercial de uma única cultivar transgênica passava a custar cerca de US\$ 130 milhões. Isso reduziu drasticamente não só a participação do setor público no segmento de sementes das grandes commodities — como soja, milho e algodão —, mas também a própria concorrência entre empresas privadas nesse segmento. Resolver tal dilema está além das forças das instituições públicas de pesquisa.

A trajetória da pesquisa pública está repleta de evidências da sua influência em iniciativas relevantes, como o Zoneamento de Riscos Climáticos e o Plano ABC — Agricultura de Baixo Carbono — que juntos compõem as mais poderosas políticas públicas de sustentabilidade da agricultura no mundo tropical. A Embrapa, nesse momento, lidera o desenvolvimento de sistemas intensivos e integrados de produção, combinando lavouras, pecuária e floresta para produzir carne, grãos, fibras e energia com emissões

líquidas de carbono muito baixas ou, em algumas situações, com captura maior que emissão. Em breve, produtores brasileiros com a marca "carbono neutro" ganharão os mercados, agregando valor e competitividade à agricultura tropical.

Os pesquisadores brasileiros estão diariamente produzindo informações valiosas para o tratamento de muitos desafios atuais e prementes, tais como os estudos de pobreza rural essenciais para a formulação de políticas e estudos de Inteligência Territorial Estratégica, que viabilizam novos paradigmas de desenvolvimento para o Mato-pia, a nova fronteira de expansão da agricultura no encontro dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Um inédito Sistema de Inteligência da Macrologia Agropecuária está sendo delineado pela Embrapa, com uso de geotecnologias e modelagem avançada, com recorte geográfico do destino e caminhos da safra, cenários sobre a provável evolução e demandas de investimentos na infraestrutura.

Esses são poucos exemplos dentre os muitos esforços que estão em curso. O Brasil faz tudo isso com investimentos modestos, que equivalem a cerca de 1,8% do PIB agropecuário, muito inferiores aos investimentos de grandes nações agrícolas como EUA, China e Índia. Não podemos nos esquecer de que muitos problemas ainda persistentes da agropecuária, como o carrapato bovino, o bjeito do algodoeiro, a ferrugem-da-soja, as plantas daninhas resistentes a herbicidas, para citar alguns, só podem ser solucionados com investimentos significativos e continuados em pesquisa e inovação e combinação de conhecimento fundamental e aplicado. Por isso, o Brasil não pode prescindir de uma grande e fortalecida Fundação para Inovação Agropecuária, integrando a Embrapa, universidades, organizações estaduais e o setor privado.



ARICUNHA
DESDE 1960
VISTO, LIDO E OVIDIO
aricunha@aricunha.com.br
com Ovídio Cunha / aricunha@fabbr.com.br

Corrupção e cegueira

Durante o julgamento da Ação Penal 470, conhecida como mensalão, ganhou destaque, não só entre os ministros do Supremo Tribunal Federal, mas em todo o mundo jurídico, a discussão sobre a chamada Teoria do Dómino do Fato, desenvolvida pelo almeido Claus Roxin. Naquela oportunidade o então procurador-geral, da República, Roberto Gurgel, pediu a condenação do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, evocando a justificativa de que, embora não houvesse pistas concretas que levassem ao envolvimento direto do ex-ministro, por sua posição no governo, ele teria controle e se beneficiaria dos resultados finais do ilícito. A tese serviu também para dar maior relevância às nomeadas provas indiretas, o que foi chamado de "delito associativo".

Para o ministro Lewandowski, que à época atuou como revisor da AP 470, a Teoria do Dómino do Fato só pode ser aplicada num momento de exceção ou para organizações criminosas que atuam à margem da ordem jurídica. Não basta supor que alguém tinha ciência do delito cometido", disse o ministro. De toda a forma, nesse caso Lewandowski foi voto vencido; e a maioria dos réus, condenada.

A Operação Lava-Jato, que veio na sequência, revelou que os crimes contra o patrimônio público não só não haviam cessado com aquela punição exemplar, como, ao contrário, prosseguiram sem interrupção e com maior contumácia ainda.

Enquanto o Brasil todo assistia ao vivo o julgamento da AP 470 pela televisão e pelo rádio, nos bastidores do governo, a Justiça brasileira estava a dar uma volta de rigidez e a se preparar para enfrentar a onda de novas pessoas e partidos, com muito dinheiro público desviado. A novidade agora, em termos de teste, é que, na Operação Lava-Jato, vem ganhando destaque no Judiciário a Teoria da Cegueira Deliberada (*Wilful Blindness Doctrine*).

Criada pela Suprema Corte dos Estados Unidos, por essa tese, também chamada de Teoria da Avestruz, os agentes do crime fingem não enxergar a ilicitude da procedência de bens, direitos e valores legais, com o intuito de auferir vantagens. Dessa forma, o que a Justiça busca é punir o agente que se coloca, propositalmente, em estado de desconhecimento ou ignorância, buscando distância dos fatos e de pessoas envolvidas, com vistas a obter vantagens lá na frente. E o que popularmente compreendo por "se fingir de morto".

A Teoria da Cegueira Deliberada passou a ser empregada, então, nos casos em que o Estado consegue produzir provas robustas acerca do real conhecimento do réu sobre os fatos criminosos. Em São Paulo, os promotores de Justiça José Carlos Blat, Césio Consenso e Fernando Araújo têm usado a Teoria da Cegueira Deliberada para acusar o ex-presidente Lula por lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. "O ex-presidente da República Lula Inácio da Silva tem a sua conduta implicada no delito de lavagem de dinheiro à medida que deliberadamente desconstruiu a origem do dinheiro empregado no Condomínio Solaris do qual lhe resultou um triplex", dizem os promotores.

É de se destacar que tanto a Teoria do Dómino do Fato quanto a Teoria da Cegueira Deliberada foram trazidas para o entendimento da Justiça brasileira — fundada nos princípios do direito latino romano — por uma nova geração de juristas que estudaram ou fizeram pós-graduação em direito nos países anglo-saxônicos, onde esses testes têm amparo e aceitação. Uma vez introduzidas e aceitas por nossos Cortes, propiciaram verdadeira revolução nos nossos costumes, acenando com a possibilidade de pôr fim à secular cultura da impunidade e da corrupção generalizada.

» A frase que foi pronunciada

"Eu encaro a corrupção e a impunidade como monstros. São como o Leviatã de Hobbes, que devem ser combatidos por uma sociedade forte e bem estruturada. Somente a civilidade e a educação outorgam poderes a um povo para decapitar a hidra."

Murilo América da Silva, internauta

Fagote

» Hary Schweizer ainda levita com o concerto da aposeparação.
Homenagens da orquestra Claudio Santoro aos anos de

dedicação. Flogos por todos os lados. O que Brasília espera é que Hary continue brindando a cidade com seu talento e maestria. O oitavo continua pelo site: www.haryschweizer.com.br

» História de Brasília

Sobre esta mesma nota, recebi um telefonema extremamente desolador, e, sobre, deste canto de página, dizer que seu vítima da mistura de sangue, sua vítima da raça indígena, tenha, naturalmente, os meus complices, e seu vingativo. Perdoem-me o defeito, mas garanto o que disse. (Publicado em 7/9/1961)